

## A expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em Goiás: o caso dos cursos de Licenciatura em Química.

Thiago Miguel Garcia Cardoso (IC)\*, Nyuara Araújo da Silva Mesquita (PQ), Márlon Herbert Flora Barbosa Soares (PQ). [tmgcgyn@hotmail.com](mailto:tmgcgyn@hotmail.com)

Laboratório de Educação Química e Atividades Lúdicas, Instituto de Química, Universidade Federal de Goiás.

Palavras Chave: Licenciatura em Química, Institutos Federais, Expansão dos IF.

### Introdução

Com a LDB 9394/96, tornou-se obrigatória a formação em licenciatura plena para atuar na docência no ensino básico. No caso da química, para suprir o déficit de professores, muitos cursos têm sido criados no Brasil. Especificamente em Goiás até 1996 havia apenas um curso de licenciatura em química no estado, atualmente, existem 18 cursos presenciais de licenciatura em química, sendo que mais de 50% se encontram em campus dos Institutos Federais (Antigos CEFETs). Além disso, 17% das licenciaturas em química destes IF no Brasil estão em Goiás. A expansão dos cursos superiores está relacionada ao REUNI e à proposta de expansão da rede federal por meio dos IFs que passaram a oferecer 20% de suas vagas a cursos de formação de professores o que é regulamentado pelo Decreto nº 6.095 de 2007. A partir disso, o objetivo deste trabalho foi realizar um levantamento quantitativo/qualitativo do processo de expansão dos cursos de licenciatura em química nos Institutos Federais em Goiás.

### Resultados e Discussão

Esta pesquisa foi feita a partir da análise documental realizada em documentos do MEC sobre a criação de cursos de licenciatura e nos sites dos IFs no estado de Goiás, que disponibilizam dados referentes aos cursos de ensino superior oferecidos no país e no estado, além da análise dos currículos dos professores envolvidos. Os resultados da análise mostram que a partir de 2007 foram criados dez novos cursos de licenciatura em química nos IF em Goiás. No estado existem dois IFs: o IFG (Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Goiás) e o IFGoiano (Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Goiano). Os cursos de licenciatura em química foram criados nos seguintes *campus/cidades*: Anápolis, Inhumas, Itumbiara, Luziânia e Uruaçu no IFG; Ceres, Iporá, Morrinhos, Rio Verde e Urutaí no IFGoiano. Como podemos observar, os cursos foram implantados em diversas cidades do interior do estado abrangendo todas as regiões do estado de Goiás, na tentativa de descentralizar a formação de professores de química no estado. Tal aspecto é importante no sentido de que a LDB legisla que apenas licenciados podem ministrar aulas para o ensino básico e a carência de professores de química é alarmante, principalmente no interior do estado, considerando-se que apenas 14% dos professores que ministram a disciplina de química são formados na área<sup>1</sup>. A expansão dos cursos de licenciatura em química nos IF em Goiás priorizou a interiorização do ensino público superior possibilitando a formação

inicial nesta área a pessoas que anteriormente não tinham acesso a tal formação, considerando-se que a maioria dos cursos oferecidos antes da implantação de tais cursos estava na região metropolitana do estado. Outro aspecto que podemos observar nesta análise é a falta de pessoal com formação na área e ensino para trabalhar na formação desses novos professores. Por meio da análise realizada a partir dos currículos destes professores que trabalham com a licenciatura observamos que há poucos professores com formação na área de ensino de química sendo apenas 6 para os 10 IFs do estado de Goiás. Porém, o cuidado em termos de formação de professores nesse caso, quando consideramos a profusão de cursos de licenciatura nos IFs está relacionada ao profissional a ser contratado para tais cursos. Os IFs exigiam em edital, a formação em licenciatura para candidatos a professores (abolida no edital do concurso de 2012). Dessa forma, a situação parece ficar mais caótica, crescendo a possibilidade dos estágios e das disciplinas específicas da área de formação do licenciando ficar a cargo de professores das demais áreas da química, que podem até se armar do esforço necessário, mas não tem formação específica para tal. Para Maldaner<sup>2</sup> faltam profissionais com o perfil necessário à concretização das propostas de formação do educador químico para a educação básica. Não existem Profissionais da área de Ensino para suprir as 800 horas de disciplinas específicas de formação de professores nos diversos cursos de licenciatura no país. Tal aspecto nos mostra uma carência de formadores de professores e conseqüente sobrecarga de trabalho, principalmente em termos de estágio supervisionado para esses profissionais

### Conclusões

Como a criação dos cursos é recente, ainda não há dados suficientes para analisar a questão da qualidade da formação inicial dos licenciados em química nos institutos federais. Pelos dados, podemos inferir que há necessidade de contratação de profissionais específicos para a formação de professores e que esse déficit nos IF se torna grave quando consideramos que os editais não exigem mais a formação específica o que pode levar a uma formação ruim, desvinculadas dos saberes necessários a atuação profissional do professor.

<sup>1</sup> Damasceno, D. ; Godinho, M. S.; Soares, M. H. F. B.; Oliveira, A. E. *Educación Química*, v. 21, p. 246-253, 2010.

<sup>2</sup> Maldaner, O. A. *Educación Química no Brasil: memórias, políticas e tendências A pós-graduação e a formação do educador químico: tendências e perspectivas*. Rosa, M. I. P.; Rossi, A. V., eds., Editora Átomo: Campinas, 2008, cap. 13.